

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.871, DE 2024

Determina a instalação de equipamentos destinados a deficientes visuais em pontos de interesse turístico.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relator: Deputado MARCELO QUEIROZ

I - RELATÓRIO

A proposição em análise, elaborada pelo nobre Deputado Duda Ramos, Determina a instalação de equipamentos destinados a deficientes visuais em pontos de interesse turístico.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Turismo; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



A proposição em exame, de autoria do ilustre Deputado Duda Ramos, possui mérito bastante nobre, qual seja, a inclusão de pessoas com deficiência visual, promovendo o aprimoramento da oferta de cidadania e cultura a esse público.

Para tanto, o autor sugere a instalação, em edificações e locais de interesse turístico, de dispositivo equipado com código de barras bidimensional (QR Code) que, uma vez digitalizado, acione audiogravação que permita informar às pessoas com deficiência visual as características, a importância e o significado da edificação ou do local visitado.

Sem dúvidas, trata-se de uma proposta que impactará positivamente a vida de milhões de pessoas, brasileiras e estrangeiras, que visitarem os diversos pontos turísticos espalhados pelo País. É de suma importância que o Estado brasileiro lance mão de ferramentas que ofereçam às pessoas com deficiência experiências mais próximas do ideal quanto possível.

O texto do PL 1871/2024 alinha-se com as disposições constantes na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e na Constituição Federal, uma vez que assegura direitos fundamentais, impulsionando o desenvolvimento e a inclusão das pessoas com deficiência visual, ao promover cultura e educação cívica a este público.

Com a finalidade de padronizar a legislação atinente aos direitos das pessoas com deficiência, apresentamos uma emenda de redação, ajustando o texto do projeto de lei à nomenclatura utilizada atualmente.

Pelo exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.871, de 2024, com a emenda de redação anexa.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.871, DE 2024

EMENDA Nº DE 2024

Art. 1º Altere-se o texto da ementa do Projeto de Lei nº 1.871, de 2024 para o seguinte:

“Determina a instalação de equipamentos destinados às pessoas com deficiência visual em pontos de interesse turístico.”

Art. 2º Alterem-se os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.871, de 2024 para o seguinte:

“Art. 1º Esta Lei determina a obrigatoriedade de instalação de equipamentos destinados à inclusão das pessoas com deficiência visual em pontos de interesse turístico.”

“Art. 2º É obrigatória a instalação, em edificações e locais de interesse turístico, de dispositivo equipado com código de barras bidimensional (QR Code) que, uma vez digitalizado, acione audiogravação que permita informar às pessoas com deficiência visual as características, a importância e o significado da edificação ou do local visitado.”

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator

